

Deputados cobram reposição

CORREIO BRAZIL

de 38%

O salário bruto de um deputado federal, atualmente cerca de NCz\$ 5.700,00, poderá passar para NCz\$ 7.800,00, retroativo a dezembro do ano passado. O deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE), vice-presidente da Câmara, confirmou ontem que 130 parlamentares já assinaram um requerimento solicitando o pagamento do reajuste de 38 por cento e todos os atrasados. "Nesta Casa todo mundo está de acordo em que os salários estão defasados", justifica Inocêncio.

Em novembro do ano passado, os deputados aprovaram o reajuste de seus salários para compensar o desconto do Imposto de Renda, que havia sido instituído pela Constituição. Antes eles não pagavam imposto. Aprovaram também um projeto de decreto legislativo que vincula os reajustes dos vencimentos dos parlamentares ao do funcionalismo público.

Em dezembro do mesmo ano, o presidente Sarney encaminhou ao Congresso mensagem fixando em 64 por cento o reajuste do funcionalismo público. A maioria dos deputados entendeu que teria direito a esse aumento. Houve discussão do assunto, o Partido dos Trabalhadores reagiu e, por entendimento entre os presidentes da Câmara e do Senado, foi decidido que eles só receberiam o pagamento da URP de 26 por cento.

O que os deputados querem receber agora, é justamente a diferença entre os 64 por cento e os 26 que já forma pagos. Os parlamentares que reivindicam o pagamento alegam que o decreto legislativo não está sendo cumprido pela Câmara, pois teriam direito ao mesmo reajuste concedido aos funcionários públicos. Só não dizem que um mês antes o valor de seus salários foi praticamente dobrado.

No Senado, um projeto de decreto legislativo, apresentado pelo senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP), foi aprovado

em dezembro dispondo sobre o reajuste dos parlamentares. De acordo com o projeto, o decreto legislativo nº 72, que vincula o reajuste dos parlamentares e aos dos servidores públicos, não poderia ser aplicado daquela forma. Até 30 de janeiro de 1989 o reajuste seria limitado a, no máximo, o percentual referente à aplicação do IPC.

No dia 15 de dezembro o projeto aprovado pelo Senado foi remetido à Câmara, mas até agora não foi votado. Ele chegou a receber o parecer do deputado Inocêncio Oliveira, mas a Mesa decidiu retirá-lo da pauta. Inocêncio não revela o seu parecer, que não foi publicado, mas segundo ele, foi aprovado por unanimidade pelos membros da Mesa da Câmara. A sua votação, afirma, dependerá de um acordo das lideranças.

A Mesa da Câmara decidiu não colocar em votação o projeto do Senado, mas vai se reunir nos próximos dias, possivelmente hoje, para apreciar o requerimento dos deputados que querem receber o reajuste e todos os atrasados. "Legalmente é justo o pagamento", argumenta o 1º vice-presidente, deputado Inocêncio Oliveira. Segundo ele, ninguém está querendo conceder aumento, mas sim, cumprir a legislação.

Ontem à tarde Inocêncio revelou também que a Mesa está pensando em pagar somente aqueles que quiserem. Ele não mostrou aos jornalistas o requerimento, mas disse que são em torno de 130 deputados. Na sua opinião, os deputados, que hoje recebem NCz\$ 4.200,00 líquidos, estão tendo grandes dificuldades.

Com relação ao projeto de decreto legislativo aprovado pelo Senado, que impede esse pagamento, Inocêncio Oliveira afirma que ele não tem efeito suspensivo, já que não foi aprovado na Câmara. Ao que parece, até agora nenhum senador requereu o pagamento do reajuste, mas nada impede que eles façam o mesmo.